



**Corrente Marxista Revolucionária**

Para Obama: Lula é "o cara" e diz amém



**Para os  
trabalhadores:**

Lula reserva mais  
demissões e arrocho salarial

A volta das Greves:  
façamos com que a  
burguesia pague a conta!

*Página 3*

A crise e o  
desemprego no Brasil

*Páginas 6 e 7*

Realização da IV Reunião da  
Corrente Internacional  
Socialismo ou Barbárie

*Página 12*

## EDITORIAL

## A crise econômica se aprofunda

## Façamos com que a burguesia pague a conta

Temos visto nas últimas semanas uma verdadeira campanha midiática em que os analistas burgueses dizem que o pior da crise já passou, o próprio Obama declarou que via “os primeiros raios de esperança”. Essas declarações se baseiam em uma lógica subjetiva de ver a economia, isto é, o “bom humor das bolsas de valores”.

Desde o ponto de vista estritamente econômico, esta campanha se apóia no recente crescimento dos índices da Bolsa de Valores de Wall Street, crescimento esse que também se verificou no Brasil. Já é sabido que os “picos” de crescimento não querem dizer nada em relação à dinâmica geral da crise, eles também foram muito comuns durante a Grande Depressão dos anos 1930.

Essas afirmações de que o pior já teria passado contrastam com a realidade. Dados oficiais dão conta de que os pedidos de seguro desemprego nos EUA seguem batendo recordes, isto é, que as empresas seguem demitindo, um exemplo é a General Motors, que acaba de anunciar que vai fechar por várias semanas todas as suas fábricas nos EUA.

Em terras tupiniquins, apesar das declarações de Lula e Mantega, as coisas também não estão saindo exatamente como o programado. Apesar dos incentivos ao consumo via redu-

ção de IPI dos carros terem reativado a produção do setor automobilístico, medida agora ampliada para motos, eletrodomésticos de linha branca e construção civil, o índice de desemprego aumentou pelo terceiro mês consecutivo.

Alguns importantes economistas, como Paul Krugman, têm defendido a tese de uma “Grande Recessão”, isto é, que o teto da atual crise seria uma grande recessão. Essa tese é aceita por setores da esquerda e refutada por um setor burguês, expresso na Revista *The Economist*, que publicou um artigo intitulado *Suscitando Barricadas*, e colocou a possibilidade de um amplo processo de luta de classe em escala mundial. Para corroborar essa tese se apóia em um **fato material: a possibilidade de que a economia mundial se afunde em uma nova grande depressão, suas previsões apontam para a possibilidade de que fique na casa dos 40%**.

#### CÚPULA DO G-20: MUITA FUMAÇA, POU- CO FOGO

Apesar de muita fumaça, a cúpula do G-20 que reuniu os chefes de governo dos vinte principais países, a despeito da fraseologia e das intenções de injetar bilhões de dólares, não **conseguiu acordar um plano coordenado entre as potências capitalistas**. Mais uma vez



ficou expressa a anarquia econômica do capitalismo e não uma real coordenação mundial efetiva diante da crise.

De certa forma, a Cúpula marcou uma mudança tática na política do Imperialismo *yanque*, diferente de Bush, que implementava uma política do eu sozinho, ou seja, de impor ou tentar impor ao conjunto do mundo sua política. Obama tem participado das diversas reuniões internacionais com o intento de dividir as responsabilidades de resolver da melhor maneira possível a crise e seus efeitos. É nesse quadro que surge o G-20 em substituição ao G-8, isto é, um organismo que incluía mais sócios no consórcio das decisões. Obviamente que a última palavra segue nas mãos dos países imperialistas, mas sempre que possível se buscam acordos com os chamados países em desenvolvimento e principalmente os do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

Aqui na América Latina, o Brasil vem cumprindo um papel de primeira ordem na estratégia de manter a estabilidade regional, Lula tem sido alçado à categoria de superstar, somente comparável a Obama. Digase de passagem, Lula tem tido o merecido reconhecimento por parte dos EUA aos trabalhos que vem desenvolvendo, como por exemplo a vergonhosa ocupação do Haiti e a tentativa de “enquadrar” Chávez.

#### SAIR À LUTA POR NOSSOS DIREITOS

Temos visto em todos os lados que os trabalhadores já estão pagando o preço da crise econômica mundial, em muitas regiões do globo a classe operária tem saído à rua e realizado os primeiros enfrentamentos dessa nova etapa. No Brasil estamos submetidos a uma conjuntura mais mediada, onde os efeitos da crise começam a aparecer com mais força, mas a

maioria dos trabalhadores ainda não tem claro sua duração e intensidade. Tem-se a idéia de que a crise econômica vai durar um certo tempo e que depois as coisas se normalizam. Somado a isso, os trabalhadores ainda arrastam atrás de si os reflexos de mais de uma década de estabilidade econômica e social e total passagem de suas direções tradicionais ao campo da burguesia e do governo. Embora seja um elemento importante a ser encarado pelo conjunto da vanguarda socialista e revolucionária, não pode ser visto como um muro intransponível.

No mês passado os petroleiros deram uma demonstração de disposição de luta. Durante quase uma semana a maioria das refinarias, plataformas e prédios da Petrobras permaneceram em greve. A nosso ver o resultado da greve foi um empate, o processo poderia ter ido além, mas, a direção da FUP-CUT, coerente com sua política impôs uma dinâmica de traição da greve. Por sua vez, a FNP-CONLUTAS, que dirige seis sindicatos e possui oposições organizadas em vários outros, foi incapaz de se dirigir ao conjunto da categoria e se colocar como alternativa à burocracia.

Podemos estar entrando em um novo ciclo da luta de classe, onde duras lutas podem estar se avizinando. Assim, o 1º de maio terá uma importância ainda maior este ano, pode se transformar em um referencial de luta para o conjunto da classe trabalhadora. Para que isso ocorra deve-se convocar, desde a base, trabalhadores e estudantes para cerrar fileiras em um grande ato anticapitalista, operário e popular.

# A volta das Greves:

## façamos com que a burguesia pague a conta!

No último período algumas greves têm ocorrido em várias partes do país, greves que embora tenham sido parciais podem estar antecipando uma nova conjuntura, onde a soma dos efeitos da crise econômica e a disposição de luta da classe trabalhadora abram uma conjuntura como há muito não se via.

### GREVE PETROLEIRA

O primeiro momento, que tem valor histórico, foi a greve nacional dos petroleiros convocada pelos 23 sindicatos da categoria, sendo 17 filiados a FUP-CUT e 6 filiados a FNP-Conlutas. Pode-se dizer que o resultado econômico da greve foi um empate, entretanto, não se mede uma luta somente por seus resultados econômicos. Essa greve mostrou que uma importante categoria, protagonista de duras e longas lutas, algumas vitoriosas e outras não, como foi o caso da greve de 1994, que do ponto de vista esquemático podemos dizer que encerrou o período de ascenso das lutas iniciado no final da década de 70 e que durou por toda a década de 80, permanecendo alerta.

Essa greve também questionou a lógica de que em momentos de crise a classe trabalhadora fica na defensiva. Vale lembrar que a Petrobras vem sofrendo um aumento de terceirizados desde FHC, e que no período Lula segue se aprofundando, sendo inclusive objeto de chantagem contra os petroleiros diretamente da Petrobras.

Embora a Greve tenha tido como centro a Participação nos Lucros e Resultados, não parou por aí. Os acidentes fatais estão em curva ascendente, principalmente dos operários terceiriza-

dos, que contam com menos proteção.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores vivem um processo de arrocho dos salários, doenças laborais e acidentes fatais, os diretores, “assessores e consultores” e grandes acionistas, lucram milhões de reais.

A greve poderia ter ido mais adiante. Infelizmente, a FNP, apesar de dirigir 6 sindicatos e possuir oposições com peso em vários outros sindicatos, não conseguiu fazer com que o conjunto da categoria rompesse com a direção burocrática e chapa branca da FUP-CUT.

### FERROVIÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

Os ferroviários do RJ fizeram uma importante greve durante quase uma semana e a paralisação teve muita adesão. Fruto do desastre das privatizações dos anos 90, o transporte ferroviário de passageiros, composto de cinco ramais, se encontra em uma situação bastante crítica.

Os trabalhadores ferroviários, desde o processo de privatização, vêm sofrendo ataques após ataques, o que tem provocado um aumento de acidentes, atrasos, superlotação e logicamente um brutal achatamento dos salários. Assim, a greve dos maquinistas dos trens da Supervia, empresa que sucedeu a Central do Brasil, que hoje conta com 89 estações em onze municípios, transportando quase meio milhão de pessoas por dia, paralisou as atividades por vários dias.

Consequente com sua política de ataque aos trabalhadores e ao povo do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, governador do Estado e aliado de Lula, criticou duramente os grevistas

utilizando as palavras do presidente: “de que em tempo de crise não é hora de se fazer greve”. O que Sérgio Cabral e Lula não dizem é que o sucateamen-

to das vias e trens e o aumento da exploração dos ferroviários servem para engordar os cofres da empresa. Assim como em outros casos, é necessário rees-

tatizar a Super-via sob o controle dos trabalhadores, para que ela possa ser colocada a serviço da população que vive na periferia.

## EMBRAER: TST caça supostas “vitórias”

Os leitores têm acompanhado nas páginas do nosso jornal o dramático ataque que a patronal da Embraer desferiu contra os trabalhadores e nossa polêmica com os companheiros do PSTU sobre os desdobramentos da luta e as orientações para a ação.

Lamentavelmente aconteceu o que vínhamos advertindo, o TRT de Campinas, no qual confiava a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, dirigido há mais de uma década pelo PSTU, manteve as 4270 demissões.

O mais escandaloso é que o PSTU saiu a defender que a deliberação do TRT era **uma decisão contraditória**, uma vez que segundo o PSTU, o Tribunal condenara a Embraer e “impôs” uma maior indenização em defesa dos trabalhadores.

No dia 19 de março, a Direção da Conlutas, por política do PSTU, publicou seu balanço. Nele se lê:

*“Por um lado o Tribunal acatou os argumentos dos sindicatos e condenou a empresa por prática abusiva e anti-social(...) estabelecendo uma compreensão de que demissão em massa como a praticada pela Embraer, necessariamente precisa passar por negociação com os sindicatos para buscar alternativas que não sejam esta medida extrema. No entanto, (...) o Tribunal manteve as demissões, determinando apenas que a empresa deve pagar a cada demitido, além dos direitos que eles já têm pela legislação e convenções coletivas, um valor correspondente a dois salários, no limite de 7 mil reais.” (site [www.conlutas.org.br](http://www.conlutas.org.br) -19/03/2009)*

Essa deliberação do TRT foi saudada da seguinte forma no mesmo balanço:

“Se essa decisão é estendida a todo o país, se transforma em jurisprudência, temos um novo paradigma importante nas relações de trabalho no Brasil. Seria o início da regulamentação da proteção contra a demissão arbitrária, o que é muito importante num país onde a rotatividade é altíssima (cerca de 1/3 da força de trabalho por ano) devido ao fato de que é muito barato para a empresa demitir o trabalhador. É verdade que a punição imposta à empresa foi excessivamente branda (a indenização no valor de três salários), mas abre um novo caminho por onde podemos e devemos avançar.”

Se a história acabasse aqui já seria um escândalo total, o problema é que tudo que é ruim pode piorar. Bem... a vitória política é risível, uma vez que significou a demissão sem luta de 4270 trabalhadores, a única coisa que o PSTU poderia vender como vitória é o fato de que o TRT havia garantido uma indenização um pouco melhor, o que foi revertido pelo Tribunal Superior do Trabalho, que deu à Embraer o direito de não pagar um centavo a mais do que manda a CLT e a Constituição.

Toda a tinta gasta pelo PSTU e a Direção do Sindicato tenta transformar uma duríssima e séria derrota em uma quase vitória. Para não ficar muito feio, seguem com belas frases de “vamos continuar a luta pela reintegração de todos os demitidos”.

Infelizmente, até agora não vimos por parte do PSTU, da direção da Conlutas e do Sindicato dos Metalúrgicos de SJC, nenhuma autocritica, ao contrário, agora se constitui um Comitê pela Reestatização da Embraer, que em seu ato de lançamento reuniu segundo palavras do próprio PSTU, 200 pessoas. Se levarmos em conta que foram 4270 demissões, teremos a dimensão da grande importância desse Comitê.

A verdade tem que ser dita. O PSTU fabrica uma ideologia para encobrir sua total e completa incapacidade de mobilizar os trabalhadores demitidos e os que permaneceram na Embraer, tal como já havia acontecido na GM.

### QUE OS PATRÕES PAGUEM A CONTA

Diante da crise histórica do capitalismo, é ainda mais necessário que sejamos capazes de organizar pela base e com um programa revolucionário o conjunto dos trabalhadores e da juventude, tarefa essa que estamos muito atrasados. Nesse sentido, transformar derrotas em vitórias como tem feito o PSTU em relação a Embraer não ajuda em nada, é preciso fazer um duro e profundo balanço sobre o que levou a essa importante derrota. Nessa perspectiva, queremos ajudar com humildade para que a classe trabalhadora brasileira se coloque de pé e enfrente o desafio de responder aos efeitos da crise e à burguesia, como têm feito os trabalhadores europeus.

# Reforma Agrária: tarefa burguesa ainda não cumprida

Adriana Araújo

Há treze anos, na tarde de 17 de abril, foram escritas páginas sangrentas nas quais os personagens sacrificados lutavam pelo direito à terra no Brasil. Nesse dia ocorreu o que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Carajás, que resultou na morte de 19 trabalhadores sem terra e em mais de 70 feridos e mutilados. Até agora os culpados julgados e condenados permanecem em liberdade, caso do Coronel José Pantoja e do Major José Maria.

A burguesia agrária brasileira é apoiada pelo governo Lula e pela governadora do estado do Pará, Ana Júlia do PT. Am-

bos são coniventes com a lógica do Judiciário, que graças a liminares e manobras judiciais impede que os culpados pelo massacre sejam presos. Tanto o governo federal quanto o governo do Pará se eximiram de qualquer responsabilidade, prova disso é que a reforma agrária segue engavetada e não existe qualquer iniciativa para, de fato, resolver essa questão. Além disso, os militares envolvidos no massacre tampouco sofreram qualquer tipo de retaliação, continuam na ativa. Parece que Lula e Ana Júlia apostam que a opinião pública irá esquecer esse crime odioso.

De forma descabida, o Governo de Ana Júlia (ela que

se reivindica militante da Corrente Democracia Socialista) não só deixou de expulsar os envolvidos no massacre, mas, em 2003, promoveu vários dos assassinatos dos sem terra. Esse governo que tem se especializado em desrespeitar os direitos humanos, como no caso das meninas estupradas nas cadeias do Pará, deve ser derrotado pelas massas.

O Massacre de Carajás, embora tenha sido um crime terrível, infelizmente, não foi o único, é prática comum dos latifundiários perseguir e matar a todos que ousam se mobilizar pela reforma agrária e por condições dignas de vida.

Práxis, apesar das profundas diferenças políticas, metodoló-



gicas e organizativas que mantém com o Movimento Sem Terra, se solidariza com os companheiros e se coloca à inteira disposição para juntos organizarmos uma forte campanha

pela punição de todos os envolvidos no massacre, de denúncia do caráter antipopular do governo de Ana Júlia e pela reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores.

## Campanha Internacional: liberdade aos presos políticos de Honduras



Continua a campanha internacional pela libertação de Isabel Morales e Carlos Maradiaga, presos em Honduras em razão de sua luta pela terra.

Práxis se soma a essa campanha e conclama o conjunto das organizações revolucionárias, centros acadêmicos, diretórios centrais, sindicatos e organizações de direitos humanos a se somarem também. Em princípio, em nosso país, a campanha consistirá no recolhimento de assinaturas de personalidades exigindo a imediata liberdade dos companheiros e no envio de e-mails ao governo de Honduras.

Os e-mails deverão ser encaminhados para o Comitê Nacional de Resistência Popular:

[cnrp.hn@gmail.com](mailto:cnrp.hn@gmail.com)

## De reunião em reunião

Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago  
Outro encontro do tubarão com a sardinha

Acaba de se realizar a Quinta Cúpula das Américas na República de Trinidad e Tobago. Por um lado, esse tipo de reunião tem refletido a **deterioração** da hegemonia americana e, por outro, que os processos da luta de classes na América Latina, principalmente as rebeliões populares do início do século XXI, **mantém suas características presentes**.

Já em 94, quando se realizou a primeira Cúpula, em Miami, se expressou a embriaguez do triunfo do capitalismo em sua versão neoliberal, cujo marco fora a queda do Muro de Berlim em 89 e a restauração do capitalismo na ex-URSS, em todo o Leste Europeu e China. Nessa Cúpula, o conjunto dos governantes latino-americanos se colocou de joelhos diante do Imperador do Mundo domiciliado em Washington. Não só faziam votos de obediência como juraram sobre a nova bíblia neoliberal, o chamado “Consenso de Washington”, conjunto de medidas a serem adotadas pelos vassallos do Sul: desregulamentação, privatizações, liberações financeiras etc.

Desde então ocorreram **mudanças de grande importância** que configuraram um **cenário muito distinto** para essa Quinta Cúpula. Na verdade, a última reunião, isto é, a Quarta Cúpula, realizada em Mar Del Plata, já havia sido de **crise...** e não só porque a viagem de Bush obteve um amplo repúdio em todo o Cone Sul da América do Sul. No terreno diplomático, Bush sofreu um duro revés ao tentar votar, sem que houvesse consenso, o estabelecimento da ALCA, a qual se opunham, naquele momento, Brasil, Argentina e Venezuela. Esse fracasso foi o reflexo regional da perda de legitimidade em que os EUA estavam submetidos, principalmente desde sua aventura castrófica no Oriente Médio.

Em seu quintal de trás, a América Latina, o imperialismo *yanqui* também havia perdido pontos, especialmente na América do Sul, com os processos da Venezuela, Bolívia e Equador, que nossa corrente têm caracterizado como “ciclo das rebeliões populares”.

Em todo o mundo e também na América Latina havia aparecido um novo fenômeno geopolítico de **“desobediência a Washington”**, quase inconcebível no início dos anos 90. De forma **muito desigual** começou a ope-

rar a tendência de que cada qual faz o seu jogo.

Desde 2005, quando se realizou a cúpula de Mar Del Plata, as coisas foram de mal a pior para o imperialismo *yanqui*. Sem ter revertido seu enfraquecimento geopolítico, hoje, os EUA são o centro da maior crise econômica desde a grande depressão de 29. Isto tem aberto uma **nova situação mundial** em que está em jogo o **modelo neoliberal**, cujo centro são os EUA, e o próprio **capitalismo**.

Na América Latina isso se combina com **complexos fenômenos e tendências próprias e contraditórias**. As rebeliões populares não se transformaram em revoluções operárias e socialistas, tampouco as regiões voltaram ao estágio anterior. Nos últimos anos, em alguns países onde ocorreram os principais processos de rebeliões populares se desenvolveram fortes movimentos sociais e políticos de direita, como os esquálidos na Venezuela, os “autonomistas” da Bolívia e os “*sojeros*” na Argentina.

No momento, o impacto da crise mundial introduz um fator novo que começa a aparecer. Na América Central não ocorreram rebeliões populares e a região vive um processo no qual a maioria dos governos é muito distinta dos clássicos neoliberais dos anos 90. Na América do Sul, uma importante interrogação é o que vai ocorrer com o Brasil, principal fator de estabilidade continental, ao mesmo tempo em que os países mais diretamente ligados aos EUA – México e Colômbia – passam pelas maiores dificuldades econômicas e políticas.

#### OBAMA SUPERSTAR

É neste quadro global que a nova condução do imperialismo *yanqui* vai tentar recompor “a ordem”. Obama e seus aliados são mais realistas que Bush. Reconhecem expressamente que **“acabou a época em que dávamos ordens”**, como disse o vice-presidente de Obama na recente reunião que reuniu no Chile os chefes de governos tidos como progressistas.

Theodore Roosevelt, presidente dos EUA entre 1901 e 1909, tinha como lema: “falar suavemente, porém levar um grande garrote”. Com Obama, em relação à América Latina, é hora

de **“falar suavemente”**. Isso não quer dizer que o grande garrote tenha deixado de existir, ele segue massacrando no Iraque, Afeganistão e no Paquistão.

O estilo “*show-man* político” de Obama, oposto de Bush até na cor da pele, tem conquistado a simpatia de amplos setores na Europa e na América Latina, seu público é formado por setores que alimentam a esperança de uma mudança de fundo dos EUA capitalista. Tal mudança é impossível, mas essa ilusão tem permitido a Obama conter uma explosão social nos EUA.

#### BUSCANDO SÓCIOS MENORES

Não se trata somente dos sorrisos que Obama dirige às massas dos EUA e do exterior, ele também tem uma política mais “ampla”: trata e “abre o jogo” a poderes menores, **associando-os** à sua política para “por ordem na casa”. É uma tática oposta a de Bush, em seu primeiro mandato, que fazia guerras rompendo com aliados tradicionais e prescindindo da ONU e até da OTAM, isto é, fazendo uso de **uma política hegemônica direta e unilateral**.

Tradicionalmente as decisões mundiais se processavam no G-8, grupo dos sete países mais desenvolvidos, além da Rússia. Nos primeiros anos de Bush tudo se resolvia de maneira unilateral em Washington. Agora, ao contrário, com o G-20, o restante dos estados da Ásia-Pacífico, Oriente Médio, África e América Latina são convocados a ajudar na sustentação da estratégia estadunidense, além de construir contra-tendências “centrifugas” no sistema mundial de estado.

#### LULA: ESSE É O CARA

Na América Latina os suspiros de Obama **se dirigem em primeiro lugar a Lula**, embora no norte do continente o México desempenhe um papel importante. Entretanto, a associação com o Brasil é ainda mais fundamental e em vários aspectos não é recente: o comando da infame ocupação militar do Haiti, onde também participam Argentina e Uruguai é um exemplo. Outro papel, já discutido com Lula, é

que ele ajude a “enquadrar” Chávez.<sup>1</sup> Em síntese: se associar estreitamente ao Brasil para garantir a ordem em toda a região é o grande objetivo de Obama para a América Latina.

#### G-20: MAIS UMA CÚPULA

Ao finalizar o G-20 soaram estrondosas trombetas anunciando um grande êxito. No último momento foram conseguidos grandes acordos e sua aplicação marcaria o começo da reversão da crise. O mundo estaria salvo, graças a Obama, Brown, Sarkozy e Cia.

Agora, dissipada a fumaça transmitida pelos meios de (in)comunicação, os resultados **reais** são muito mais modestos. Na verdade, a única medida “séria” foi tomada para enquadrar os países “em desenvolvimento” nas jaulas do FMI, **obrigando-os a aplicar políticas suicidas** em troca de empréstimos do Fundo.

A luta que se travava nas alturas, dias antes da realização da Cúpula do G-20, chegou a ameaçar que a Cúpula se tornasse um fracasso total com a retirada de alguns dos mais importantes participantes. Isto não aconteceu, teria sido demasiado escandaloso, mas foi evitado no último momento com a assinatura de um texto compromisso cuja medida efetiva é a referida ao FMI.

O procedimento do acordo foi bastante simples. Em primeiro lugar, os pontos em disputa se diluíram em um “ponto médio”. Por exemplo, o bloco EUA-Inglaterra-Japão propunha grandes “pacotes de estímulo” e “resgates” por 2 ou mais bilhões de dólares. A isso se opunha o “bloco do euro”, encabeçado por França e Alemanha, que rechaçava essas medidas. Em troca, havia o eixo de se estabelecer regulações internacionais e terminar com os “paraísos fiscais”, temas abominados pelo bloco anglo-saxão que dirige grande parte desses “paraísos”.

O acordo consistiu em votar simultaneamente, porém diluído. Dos “pacotes de estímulo” que diziam poder variar entre 2 e 5 bilhões, votou-se 1 bilhão. Agora se sabe que essa votação é qua-

se simbólica, uma vez que ninguém sabe como tal soma será reunida.

Mais escandalosa foi a luta contra os paraísos fiscais que também se votou. Cinco dias após o término do G-20, a própria imprensa europeia informava que os **“os anúncios do G-20 contra os paraísos fiscais deram em nada”** (La Vanguarda, Barcelona, 08/04/09). Acontece que o G-20 não votou nada sério contra ninguém, apenas votou uma lista da OCDE (Organização comum para o desenvolvimento da Europa). Os paraísos fiscais superaram meia centena, porém, apenas quatro países integram a lista dos indesejáveis: Costa Rica, Filipinas, Malásia e Uruguai. Esses países prometeram “se portar bem” daqui em diante e saíram da lista.

#### NÃO EXISTE “KEYNESIANISMO” PARA OS POBRES

O que vai ser sério é a deliberação sobre o FMI. Seu capital foi aumentado para a realização de empréstimos aos países subdesenvolvidos em bancarrota, como os da Europa Oriental, por exemplo. Porém, estes empréstimos estão sujeitos a normas de austeridade e ajustes dos gastos do estado, impostas pelo FMI. Este é um “remédio” mortal para qualquer país em recessão.

O estado norte-americano é o primeiro a **gastar como um louco** como medida anticíclica, mesmo a custa da emissão de dólares e/ou do seu endividamento para evitar que a recessão se transforme em colapso depressivo. Mas, a despeito do que é feito nos EUA, **o keynesianismo está proibido para os pobres, se há recessão, há que “ajustar” muito mais o gasto público!** Foi essa política aplicada na Argentina que desaguou na crise de 2001.

Este disparate tem sua lógica, que se vê no caso da bancarrota no Leste Europeu. O sistema financeiro desses países está totalmente quebrado e esses países estão endividados junto aos bancos ocidentais, principalmente europeus. Os empréstimos do FMI são, antes de tudo, para salvar os credores.

<sup>1</sup> Este papel do Brasil, que já vem sendo cumprido há certo tempo, tem sido caracterizado como “sub-imperialismo” por parte de alguns analistas importantes, como é o caso de Cláudio Katz. Aqui não há espaço para discutir este tema, porém, nos parece que a característica fundamental para caracterizar o Brasil segue sendo sua dependência dos EUA e outros centros do imperialismo, ainda que obviamente não seja uma mera semicolônia, como outros países do continente.

# A crise e o desemprego no Brasil

Há mais de seis meses de crise econômica internacional, com desdobramentos catastróficos em muitos países e ramos da economia, que demandou de governos de todo o mundo pacotes econômicos voltados para o salvamento de empresas em vários setores da economia, particularmente bancos e indústrias automobilísticas, **ao contrário da propaganda midiática, a crise está longe de ser debelada, pois se trata de uma crise profunda com repercussões em todos os aspectos decisivos do sistema econômico.**

Esta crise teve como uma das principais conseqüências a brutal desvalorização das principais empresas do mundo, estima-se que hoje as 20 maiores empresas valem 30% menos, estas valem não muito mais de 3 trilhões de dólares. Um dos aspectos mais dramáticos deste processo é como, a partir da crise de valorização, que teve a primeira expressão na insolvência do pagamento das hipotecas estadunidenses, que lastreavam os títulos chamados derivativos, o capital passa, como mecanismo recorrente e necessário para superar suas crises de valorização, a destruir massas gigantescas de forças produtivas, com destaque para o desemprego de milhões. Em 2009 segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego no mundo pode atingir 231 milhões de pessoas.

Para “compensar” a desvalorização do capital, o centro da política capitalista passa pela demissão em massa e a transferência direta de valor dos governos para as empresas, manifestadas nos vários planos trilhonários – até então insuficientes – de socorro aos bancos e indústrias. **A crise mundial é tão profunda que mesmo com toda a transferência de capital público para as empresas privadas (o último**



**Presidente Lula e os representantes da Embraer**

**pacote de socorro às empresas estadunidenses de cerca de 1 trilhão de dólares), as bolsas americanas caíram devido a incertezas sobre a eficiência do mais recente pacote do governo Obama.** “O problema é que as margens de manobra começam a se estreitar, pois se mais este pacote não funcionar as condições políticas do governo para pedir mais ajuda para ao congresso começam a se deteriorar de maneira perigosa. Agora não apenas os bancos reconhecidamente problemáticos enfrentam o fantasma da insolvência. Com o desemprego em alta, até os bons pagadores se tornam inadimplentes – o que está colocando em risco bancos detentores de carteiras de crédito imobiliário consideradas boas até pouco tempos atrás.”<sup>1</sup>

Passados estes meses de crise, que desencadearam uma severa recessão mundial com fortes indicadores de redução da atividade produtiva, comercial e financeira – o fato é que a crise desenvolvida a partir da esfera financeira migrou para a comercial e, por fim, produtiva e como a esfera produtiva é a responsável pela geração de valor, esta acaba realimentando a crise nas demais esferas econômicas – as previsões mais otimistas são de que a crise continuará a cobrar a fatura pelo menos nos próximos 12 meses, o que coloca a

questão do desemprego como medida privilegiada para o capital. Segundo avaliações recentes (22/04) do FMI nas “economias avançadas” a produção irá recuar 3,8%, o comércio mundial de bens e serviços diminuirá 11% e o desemprego ultrapassará 9% em 2009.

Como se verifica as coisas na esfera objetiva acumulam importantes contradições existe uma tendência mundial, já digamos até recorrente, no sentido de “combater” a crise e seus efeitos através de “estímulos psicológicos”, assim os ideólogos da classe dominante a partir de um fenômeno extremamente parcial e circunstancial – a revolorização das ações nas bolsas de valores – chegam a conclusão de que o pior já passou. Desta forma, concordamos que “para que a crise seja superada, é imprescindível a intervenção político-subjetiva em alguns dos pontos do sistema de reprodução, se não não há saída para a mesma”<sup>22</sup> Roberto Sáenz.

## O DEBATE SOBRE AS PERSPECTIVAS DA CRISE

Ou seja para que a crise mundial seja de fato revertida, devido seu caráter histórico estrutural é necessário que um novo padrão de exploração seja estabelecido em termos globais.

È neste sentido que, apesar dos monstruosos pacotes de ajuda financeira, que já custaram trilhões aos cofres públicos em todo o mundo, o processo de demissão em massa ocorrem sem que o Estado mexesse um dedo para restringir as demissões, pelo contrário, de forma indisfarçada governos e varios setores da classe dominante colocam que a única forma de reverter a crise é reformular os contratos de trabalho. Em bom português: para os patrões a crise e a nova fase da economia mundial impõe taxas ainda maiores de exploração.

**Este é o centro do problema. Não há como recuperar o valor destas empresas sem um violento processo de destruição de forças produtivas.** As indústrias estadunidenses em março utilizaram apenas 69,3% da capacidade instalada, estes números eram desconhecidos desde o período do pós Segunda Guerra. O desemprego em massa é uma – certamente não a única – das medidas mais cruéis da mecânica do capital para superar mesmo que momentaneamente da suas recorrentes crises de valorização. Mas o desemprego em massa não responde apenas a uma saída imediata a redução da demanda produtiva ou comercial. A crise total de valorização do capital que trouxe a tona o esgotamento de um padrão produtivo e de exploração da força de trabalho coloca na ordem do dia a ofensiva do capital internacional em estabelecer padrões de exploração em todo o planeta a níveis cada vez mais próximos dos padrões chineses, indianos ou mesmo do brasileiro.

## APESAR DA PROPAGANDA... A RECESSÃO SE INSTALOU NO BRASIL

Apesar da propaganda governista e da maioria dos meios

de comunicação controlados pela classe dominante de que já teríamos chegado no fundo do poço também no Brasil e, portanto o pior já teria passado, a crise esta longe de ter sido debelada. Semanalmente são feitos relatórios, conhecido como Focus, pelo Banco Central sobre as previsões em relação ao crescimento PIB. Nas últimas seis avaliações as projeções o crescimento do PIB vem sendo projetado para baixo. Na última projeção o PIB teria uma retração de 0,3%. Até uma semana atrás a previsão era de -0,19%, “Se confirmada a previsão do mercado, será a primeira retração desde 1992, quando o PIB recuou 0,54%, de acordo com a série histórica disponibilizada pela autoridade monetária”<sup>3</sup>. Mesmo o governo que fazia previsões de crescimento de 5% para 2009 se vê obrigado rever para baixo seus números. Na última semana a previsão de crescimento do PIB para o governo foi 1,2%. Na avaliação publicada pelo FMI em 22 de abril a economia brasileira sofreria um recuo de 1,3% este ano. Números muito diferentes daqueles apresentados por Guido Mantega quando a crise no Brasil não teria grandes repercussões devido aos “sólidos fundamentos macroeconômicos da economia brasileira”.

**O fato de maior destaque, do ponto de vista dos trabalhadores, sobre a conjuntura macroeconômica brasileira é que nem toda a política do governo de transferência de valor e de desoneração sobre o capital bancário, com a redução dos depósitos compulsórios ao Banco Central, e industrial, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que vai custar aos cofres públicos mais de R\$ 700 milhões em 2009, tem conseguido rever-**

**ter a brutal queda das exportações, do crédito, do consumo interno e do emprego.**

Se compararmos a criação de novos empregos no período de janeiro a março de 2008 com o deste ano houve no período anterior a criação de 612 mil empregos formais a mais. **Os números ficam mais dramáticos quando analisamos o período de novembro de 2008 a janeiro de 2009, neste o saldo de contratações foi de menos 797 mil empregos formais. Mas, não podemos desconsiderar que houve nos últimos meses de 2009 uma pequena melhoria na produção e comercialização de alguns produtos. O setor automobilístico, o que mais se destaca, no último período com uma venda recorde de 271 mil automóveis em março<sup>4</sup>.** A questão é que esta recuperação parcial da produção não foi acompanhada da ampliação de vagas no setor, pelo contrário, é interessante observar também que os setores produtivos que primeiro se beneficiaram (produção de veículos, de material de transporte e metalúrgica) com a redução ou fim dos IPIs são as que proporcionalmente mais demitiram no último trimestre de 2009.

A renúncia fiscal do governo, com a redução ou em alguns casos a alíquota zero do IPI, não consegue sequer manter os níveis de emprego. Exemplo claro do que estamos dizendo se manifesta na redução sistemática no número de trabalhadores empregados nas montadoras, no final de 2008 eram de 126,8 mil, em março passaram a 122,2 mil trabalhadores. **As gestões das empresas para reduzir custo com força de trabalho não param, logo no dia posterior ao do anúncio (30/03) da prorrogação da redução do IPI por mais três meses a Peugeot-Citroen na sua planta no Rio de Janeiro demitiu 250 trabalhadores, já a Mercedes-Bens, na unidade que produz caminhões e ônibus em**

São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), vai dar licença remunerada para 1.200 empregados por 15 dias, além de abrir Programa de Demissão Voluntária Programa (conhecidos como PDV) para os trabalhadores da empresa. **Como se pode verificar a política de redução, ao contrário do que diz o governo e as suas centrais aliadas, não assegura empregos para os trabalhadores.**

O caso da Embraer é um dos mais emblemáticos, após a demissão de mais de 4.200 trabalhadores, o governo na sua sanha em defesa dos patrões pretende emprestar, via BNDS, US\$ 700 milhões para que a Aerolíneas Argentinas, empresa de estatal de transporte aéreo Argentina, para que esta compre aeronaves da Embraer. Assim que foi anunciada a proposta, representantes da Embraer se anteciparam para dizer que se os contratos forem realmente assinados não há garantia nenhuma de que haverá novas admissões de trabalhadores em suas plantas. A renúncia fiscal (agora também para a construção civil), apoiada pela CUT e demais centrais pelegas, como era de se esperar não “sensibiliza” os patrões - estes utilizam o velho e conhecido expediente das horas-extras para dar conta do aumento da demanda. Pois, a renúncia fiscal, ao contrário da propaganda, não está a serviço de barrar as demissões, mas para garantir aos patrões, principalmente do grande capital transnacional, taxas de lucratividade anteriores à crise.

#### **ROMPER COM A PARALISIA E ORGANIZAR A RESISTÊNCIA PELA BASE É CADA VEZ MAIS DECISIVO**

A fórmula então é mais ou menos simples: o governo para beneficiar a poucos abre mão de impostos (o que reduz as verbas para saúde e educação) prejudicando a maioria da população, os trabalhadores. Es-

tes são duplamente prejudicados, pois além de terem menos possibilidades de serem atendidos pelos serviços públicos continuam desempregados ou obrigados a cumprirem jornadas de trabalho cada vez mais extenuantes. E não se trata apenas da questão da quantidade de postos de trabalho que estão sendo fechados, existe uma queda também acentuada do salário médio na medida em que “a indústria de transformação (exclui a extrativa, com a de minérios) perdeu 501 mil empregos desde novembro de 2008”<sup>5</sup>, pois este é o setor que tradicionalmente paga os maiores salários.

Assim, além dos “acordos” de redução de salário e de jornada celebrados pelas centrais pelegas e das horas-extras a perda de massa salarial dos trabalhadores também está ligada aos setores que mais tem demitido nos últimos meses. Fica evidente que as empresas estão aproveitando o momento para ampliar as taxas de exploração sobre o trabalho. O fato é que a isenção de impostos e as demais políticas de transferência de capital público para o capital não estão a servido da manutenção dos empregos. Na verdade estas medidas são o aspecto mais aparente de um conjunto ações - públicas e privadas - que tem objetivos totalmente alheios aos interesses dos trabalhadores.

Diante da crise econômica, que significa a impossibilidade dos capitais manterem seus ganhos (taxas de lucro), devido ao padrão produtivo dominado pela financeirização do capitalismo, globalização da produção e dos mercados, desenvolvido nas últimas décadas, não há outra saída se não a do aprofundamento da exploração dos trabalhadores, é o que tenta realizar os pacotes econômicos, as

demissões e demais políticas governamentais e patronais no último período.

**Como não há como superar a crise na pura “esfera econômica”, ou seja, com medidas neutras que não afetem os interesses sociais em jogo, governos, patrões, centrais sindicais, e outros aliados do capital, colocam toda a sua maquinaria político-ideológica voltados no sentido de impor aos trabalhadores a fatura da crise econômica.** Para isso, tentam convencer os trabalhadores de que a única alternativa é a “aliança de toda a sociedade” contra a crise. Mas, os fatos “são teimosos”, pois mesmo com toda a política de favorecimento explícito aos patrões - política vendida pelo governo e centrais pelegas como acordos de manutenção do emprego -, estes continuam de várias formas a transferir a conta para a classe trabalhadora.

**Nos momentos de crise, como as contradições sociais se manifestam de forma ainda mais agudas, podemos discutir de maneira mais ampla a necessidade de construirmos alternativas políticas calcadas na mobilização e na total independência dos trabalhadores.** Ainda estamos no meio de um processo histórico de crise onde a reversão - apesar do marketing de que a crise esta passando - depende do comportamento político e da luta direta entre as classes sociais. É verdade que a resistência dos trabalhadores em nível mundial se faz de maneira muito desigual, em alguns países com os trabalhadores na ofensiva como na França, por exemplo, já em outros países os trabalhadores ainda estão atônitos diante das demissões em massa.

No entanto, não podemos esquecer que estamos apenas em meio ao processo - onde as estimativas mais realistas, mesmo no interior da classe dominante, dão conta de que nos próximos anos haverá uma forte retração econômica global - e as principais cartas do jogo ainda estão por serem jogadas. No caso brasileiro a greve dos petroleiros, que saiu parcialmente vitoriosa, e outras mobilizações como as ocupações no campo, a luta em defesa do emprego e por reajustes salariais demonstram que é possível entrarmos em uma conjuntura política em que a classe trabalhadora recupere seu protagonismo político fundamental para construção de uma alternativa não apenas diante das demissões em massa e do aprofundamento das “reestruturações” que levam a mais exploração, mas também, de forma a que possamos construir uma alternativa social totalmente distinta do capitalismo.

A permanência da crise, mesmo as previsões mais otimistas dão conta de uma importante recessão nos próximos anos, que ira gerar mais demissões e arrocho salarial, coloca para a Conlutas e demais expressões da ruptura com a CUT e o oportunismo de toda espécie um desafio impar para a sua recente história, pois podem, se romper com a superestruturação e o economicismo, se colocarem à frente do processo de resistência que os trabalhadores serão obrigados a realizar sob a pena de arcarem com o fardo mais pesado do desemprego e das outras mazelas sociais produzidas pelo capitalismo e começar a se constituírem expressões reais das lutas da classe trabalhadora. ■

<sup>1</sup> Giuliana Napolitano: 1 trilhão de dólares bastarão? Revista Exame.

<sup>2</sup> Roberto Sáenz. O debate sobre as perspectivas da crise. Revista eletrônica Socialismo ou Barbárie.

<sup>3</sup> Alexandre Martello. Portal Globo

<sup>4</sup> Este setor foi um dos que mais demitiu no último período (4 mil trabalhadores perderam o emprego), além de ser o que mais transferiu capital para o exterior, 400 milhões de dólares para as suas matrizes nos últimos dois meses.

<sup>5</sup> Vinícios Torres Freire. Folha de São Paulo

# Rumo ao Congresso Nacional dos Estudantes:

*Organizar a luta em defesa da educação pública e do emprego  
Os estudantes diante da crise e da recomposição dos trabalhadores*

Nos dias 10, 11, 12, 13 e 14 de Junho, no Estado do Rio de Janeiro, irá se realizar o **Congresso Nacional dos Estudantes**. Este congresso será um importante teste para medir a capacidade real de **recomposição do movimento estudantil combativo e classista no Brasil**. Sem dúvida o tema central deste congresso é a crise econômica, a resistência dos trabalhadores e a organização estudantil e sindical neste novo cenário político e econômico. Velhas práticas, que vêm se acumulando no movimento estudantil e sindical, inclusive na esquerda, estão sendo questionadas. As centrais governistas aplicam uma clara estratégia de colaboração com o capital, assim, já estão colocando em prática saídas que beneficiam, mais uma vez, os patrões. Devemos **romper com toda estratégia superestrutural e corporativista**, que não contribui para impulsionar lutas reais e diretas nas bases que dirige, e impulsionar a **unidade dos trabalhadores pela base na defesa dos empregos e direitos**.

## A EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS TEMPOS DE CRISE

As reformas educacionais do governo LULA dão continuidade e acabam aprofundando as políticas de FHC. Isto pode se verificar em todos os domínios da política educacional. Como exemplo inicial temos o PROUNI. Este programa se constitui numa das maiores transferências de verbas públicas da história brasileira. Calcula-se que as verbas destinadas para este programa poderiam criar o dobro de vagas nas escolas públicas, sem falar na importância estratégica que tem a universidade pública no sentido da auto-

nomia da produção científica local e nas possibilidades de **controle das comunidades sobre a gestão educacional que são totalmente inviáveis na educação privada**. É necessário romper com esta política de Fundos e lutar pelo aumento significativo das verbas para a educação, condição primeira para se garantir **universalização de todos os níveis de ensino com qualidade**.

O governo LULA além de manter as avaliações externas e autoritárias dos governos anteriores (ENAD, SAEB e outros) criou o índice de Desenvolvimento Educacional e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) com o objetivo de classificar todos os níveis de ensino e estabelecer metas para cada rede de ensino e unidade escolar. Estas medidas avaliativas são parte do processo de retirada sistemática da autonomia das instituições de ensino e não contribuem para que a educação seja posta a serviço dos estudantes e trabalhadores, que devem através do **controle direto e pela base de todos os processos educacionais desenvolver instrumentos autônomos de controle e avaliação dos sistemas de ensino**.

É dentro deste marco que se insere a política de extensão do ensino público superior condensado no programa federal denominado REUNI. Este é um programa de incentivo a **expansão do ensino superior que está longe de atender às reais demandas de universalização deste nível de ensino**. Parte fundamental da luta dos estudantes e da classe trabalhadora é a ampliação contínua do ensino superior com qualidade até chegarmos à universalização que em nossa visão pode se realizar em curto prazo. Desta for-

ma, está colocada a **luta por mais vagas no ensino superior e fim do vestibular**.

Para tanto é necessário que o conjunto do movimento estudantil e dos trabalhadores se organize de maneira efetiva no sentido de impor o **fim do pagamento dos juros e da dívida interna e externa** que ultrapassa 100 bilhões de reais a cada ano, a ampliação progressiva da taxaço do grande capital e o fim da destinação de verbas públicas para o ensino privado. Outra questão fundamental é que estas **medidas só podem transformar a realidade se forem impostas de forma direta pelos trabalhadores através de organizações democráticas e de base**.

## REORGANIZAR OS ESTUDANTES SUPERANDO O CORPORATIVISMO E A SUPERESTRUTURAÇÃO

A União Nacional dos Estudantes (UNE) que já cumpriu um importante papel na organização estudantil, **hoje não passa de um aparelho burocrático marcado pelo imobilismo, fisiologismo e carreirismo dos seus dirigentes**. A UNE não compareceu na luta na onda de ocupações e mobilizações do último período, não dirigiu sequer um processo, desta forma, surgiu uma nova vanguarda combativa no movimento estudantil.

Parte importante desta nova vanguarda sabe que a luta deve ser organizada de forma independente, democrática e ligada aos trabalhadores, e que, esta organização não pode se limitar aos Centros Acadêmicos, pois os combates extrapolam a escala local. A falência da UNE está dando lugar à criação de **outras formas de organiza-**



**ção dos estudantes**.

Não podemos nos furtar a realizar um duro, mas fraterno debate com a atual direção desta organização estudantil. Neste sentido, o fundamental da crítica que fazemos à direção da CONLUTAS pode ser estendido à direção da CONLUTE, pois esta deve romper **com a política corporativista**. Além de impulsionar, de fato, campanhas em defesa da educação pública, o que significa o enfrentamento direto à política educacional do governo LULA, **a grande tarefa neste momento é impulsionar a solidariedade direta aos trabalhadores que estão lutando contra as demissões**.

É necessário organizar a luta estudantil, levando em conta as demandas específicas do ensino público, na mais estreita sintonia com a resistência dos trabalhadores e das categorias que estão mobilizadas neste momento.

## POR UMA DINÂMICA CONGRESSUAL QUE PRIORIZE O DEBATE NA BASE

Para que este congresso seja vitorioso no sentido de contribuir para a reconstrução de um movimento estudantil ligado aos interesses do conjunto dos

trabalhadores é necessário que a dinâmica proposta pela Comissão Organizadora do Congresso Nacional dos Estudantes seja totalmente revistas antes/durante o Congresso

**O Regimento proposto no que diz respeito principalmente à dinâmica do Congresso prevê um tempo extremamente reduzido** - apenas dois períodos em 4 dias de Congresso - para o debate das teses e temas do Congresso nos grupos de discussão. A proposta da Comissão Organizadora privilegia Painéis, Oficinas e as Mesas.

**Não podemos reproduzir em um Congresso que pretende superar as velhas práticas da direção burocrática da UNE ou da CUT a mesma metodologia destas direções**. Uma recomposição anti-burocrática só pode surgir privilegiando o debate direto entre os estudantes, onde as mesas e painéis sejam momentos complementares e não prioritários, como esta sendo proposto pela Comissão Organizadora. É por isso que **propomos uma revisão da dinâmica congressual que garanta um intenso debate na base com grupos de discussão em todos os dias do Congresso**.



# Estudante e trabalhador juntos em defesa da educação pública

Rosi Santos

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo governo federal, em nenhum momento visa garantir uma educação de qualidade, trata-se de uma expansão que atende em primeiro lugar aos interesses privatistas porque a proposta de expansão das universidades federais é acompanhada por uma gestão das verbas baseada em fundações privadas que manejam os recursos públicos de maneira que a comunidade acadêmica seja totalmente alijada das decisões estratégicas e financeiras da universidade.

O caráter autoritário do Reuni fez com que muitas universidades fossem praticamente obrigadas a assinar o projeto, caso contrário não teriam verbas. Mas aceitar somente o projeto não basta, é necessário dançar conforme a música do governo federal, ou seja, é necessário cumprir categoricamente as metas impostas: aumento indiscriminado do número de vagas, baixo índice de reprovação, aumento de aluno professor, ofertas de cursos pagos e de curta duração. Todas essas medidas infligem um direito constitucional que reza sobre autonomia universitária.

No REUNI o atendimento aos planos de ensino é condicionado à capacidade orçamentária do Ministério da Educação (MEC), isso quer dizer que em épocas de crise como a que estamos passando não é estranho que demore ou nem venham os repasses de verbas para educação, expectativa diferente dos **estudantes que estão ingressando na universidade e em nada têm a ver com mais uma crise capitalista, deixamos claro que não vamos pagar pela crise.**

Além do mais, estas expansões têm sido realizadas de maneira totalmente demagógicas, pois procuram passar a idéia de que o poder público central está resolvendo a demanda popular em relação ao ensino superior, só que a realidade dos campi demonstra o contrário. Reflexo disso é o que podemos verificar na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Desde a política de expansão com a construção de campi absurdamente distantes um dos outros, com péssimas condições de infraestrutura. Em nenhum destes

campi existe alojamento estudantil, restaurantes universitários, bibliotecas ou laboratórios condizentes com as necessidades. Podemos citar como exemplo o campus de humanas localizado na cidade de Guarulhos, onde foram abertos cursos sem sequer ter prédio próprio, tendo que ser cedido uma espécie de galpão e algumas salas pela prefeitura de Guarulhos.

É importante ressaltar a política demagógica do governo federal encadeada pela situação, o governo Lula do PT. “Coincidentemente” todos os campi das universidades federais foram criados em cidades em que o PT tinha ou disputava prefeituras, e os campi foram inaugurados precipitadamente sem condições plenas de funcionamento propositalmente em anos de eleições municipais, manobra que possibilitou que muitos candidatos do partido fossem eleitos ou reeleitos. Isso demonstra as verdadeiras intenções desse governo em relação à educação.

## ABAIXO A AUTARQUIA

O Conselho Universitário (CONSU), uma das principais instâncias de decisão da universidade, é uma piada, é um conselho totalmente verticalizado composto por uma casta burocrata e autoritária, que dirige a universidade desde sua fundação quando ainda era privada. Em suma: o CONSU é composto majoritariamente por médicos da Escola Paulista de Medicina (EPM) que representam um setor da classe média alta de São Paulo, desconsiderando a nova realidade da universidade que trata de novos cursos e campi e setores da sociedade. Os médicos e professores da EPM representam 70% do CONSU, sendo que cada campus de expansão conta apenas com dois representantes: o diretor acadêmico e um professor. Não bastando essa disparidade, o restante é preenchido por apenas 15% de funcionários e 15% de estudantes. Isso significa que nenhuma proposta dos trabalhadores e dos estudantes será aprovada, pois, neste cenário, existe uma total diferença de interesses. **É necessária uma reforma política nesta estrutura arcaica da universidade, para que os estudantes e trabalhadores possam decidir de fato sobre os rumos da edu-**

cação pública.

Estes são apenas alguns exemplos que demonstram a política de privatização do ensino levada a cabo pelo governo Lula, através de políticas como o ProUni que transferem milhões para as universidades pagas, dinheiro que poderia ser utilizado gerando mais vagas nas universidades. **Tais políticas só servem para aumentar as cifras das empresas privadas de ensino e das Fundações de Apoio que estão a serviço apenas de seus lucros e da precarização, além de submeter docentes e demais trabalhadores a condições ainda piores de trabalho e remuneração.**

A resposta dos estudantes a todas essas medidas que sempre surgem com verniz progressista veio à altura. Participamos ativamente de todos os processos de lutas travados contra o REUNI, a precarização do ensino, a corrupção e por mudanças da estrutura regimentar da universidade, que é elitista e meritocrática, organizamos greves, acampamentos, ocupações. Lutas, estas, que podemos caracterizar, em parte, como vitórias do Movimento Estudantil (ME), como a queda do ex-reitor Ulysses Fagundes Neto, corrupto, envolvido nos escândalos dos cartões corporativos, denunciado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a reconstrução do campus de Diadema que funcionava num antigo Hospício; a construção do restaurante universitário; a ampliação do acervo bibliotecário.

## SEGUINDO NA LUTA...

É bem verdade que essas conquistas são pequenas e muito localizadas perto das demandas do ensino público, mas são vitórias que retratam que somente a luta direta dos estudantes e daqueles que se interessam por uma educação pública voltada para os interesses dos trabalhadores pode mudar esse quadro perverso de descaso que sofre a educação brasileira.

Pensamos que neste ano de 2009 uma nova conjuntura política se abre em nossa universidade, pois contamos com a abertura de dois novos cursos com o ingresso de quase o dobro de alunos, fato que somente agrava as condições de infra-estrutura, já que, a cada ano que passa, crescem as necessidades e demandas estudantis, mas os investimentos não vêm

na mesma proporção e velocidade. Nenhuma mudança substancial foi feita por parte dos gestores da universidade, apenas uma sala foi aberta, ironicamente com a desapropriação do Centro Acadêmico.

Neste cenário fica colocado então que é chegado o momento da reorganização do Movimento Estudantil, no caso mais específico da Unifesp, construído pela base para não recorrermos a erros cometidos no passado, um ME que seja capaz de dialogar de maneira franca com a comunidade acadêmica, onde todas as decisões possam ser tomadas coletivamente e de forma democrática. Todos os instrumentos de luta devem ser construídos coletivamente para que todos possam participar e decidir desde o caráter que queremos dar à universidade até quais estratégias e métodos de luta devemos adotar. Para tanto, fica a tarefa de colocar novamente em pauta um Movimento Estudantil unificado com as lutas dos trabalhadores que estão sendo demitidos devido à crise global, um movimento que, obviamente, possa refletir sobre os problemas locais e acadêmicos, mas que, principalmente, responda aos problemas macros que envolvem todos os conflitos sociais.

Por um novo ME

Para isso, é necessário construir na Unifesp um Movimento Estudantil mais maduro, organizado e principalmente com democracia de base e articulado com as universidades e setores da classe trabalhadora que estão se colocando em movimento, para que a defesa da educação pública seja assumida o mais amplamente possível, única possibilidade de resistirmos e avançarmos para a construção de uma universidade realmente democrática.

É necessário combinar a vontade de fazer a luta com a compreensão de que as questões educacionais só podem ser resolvidas como parte do conjunto dos problemas sociais. Devemos construir um movimento que parta das necessidades mais imediatas dos estudantes sem, todavia, perder de vista as demandas mais gerais dos trabalhadores, e isso não se faz por meio de intolerâncias ou rotulações.

Para que as tarefas do movimento sejam levadas a cabo e para não cair no esquerdismo estéril



que, no limite, só serve para dividir, isolar e desmoralizar o movimento. Ou seja, somente com ações contundentes e democraticamente constituídas, como as da UNB e USP em 2007, é possível construir um caminho de resistência e mobilização dos estudantes na Unifesp.

## NÓS TEMOS LADO, O LADO DO TRABALHADOR

Reivindicamos uma universidade que germine o espírito revolucionário da luta de classes. Tarefa que deve ser feita pelo ME que representa vitalidade, revolta da juventude que não foge nem fugirá dos duros embates que a desafia. Lutando sempre por uma sociedade socialista. Para tanto, estas batalhas devem ser travadas de maneira articulada com os setores que defendem a educação, com outras universidades e escolas públicas e privadas, sabendo impulsionar também a luta dos trabalhadores. Nossa luta deve romper os muros e espaços físicos da academia. Pensando também desta forma outras intuições de ensino público e privado visam a **construção do Congresso Nacional dos Estudantes**, para que de maneira unificada possamos impor o nosso programa e passar por cima de todos esses projetos que precarizam a educação e a vida dos trabalhadores.

Só teremos condições de fazer isso se transformarmos nossas bandeiras de luta em um plano nacional, construído em força e volume para a vitória do movimento e das lutas dos trabalhadores, principalmente neste marco de crise onde a educação sofre com menos investimentos e os trabalhadores sofrem com arrochos salariais, redução de direitos e demissões. Por isso chamamos você estudante, trabalhador e filho de trabalhador a somar com a gente na construção deste congresso.

# Luta contra a municipalização do ensino em Diadema

*Como sempre a história nunca se repete...a não ser em forma de farsa*



## Ramos Felix

Nos últimos 10 anos os professores da rede estadual no município de Diadema, no ABC paulista vinham convivendo com o espectro da municipalização do ensino de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Em 1999 a administração de Gilson Menezes (PSB) - atual vice-prefeito - tentou implementar a municipalização do ensino.

Em 1999 a cidade era administrada por Gilson Menezes - então prefeito -, este

não tinha a base de apoio da atual festão de Mario Reali (PT). Somado à luta dos professores contra a municipalização, a fissura na Câmara dos Vereadores contribuiu para a derrota da proposta de municipalização na cidade. Os professores lotaram a câmara municipal e com uma política minimamente afinada com os diretores, tiram uma tática de ocuparem o plenário e obstruírem a votação o que foi um acerto. Neste momento os vereadores recuaram e não aprova-

ram o projeto do então prefeito.

Nesta época a direção da APEOESP (regional) não era diferente com a deste último período, mas os militantes tinham uma melhor atuação na categoria. Tinham mais inserção na categoria, o que contribuiu para uma melhor atuação na luta contra a tentativa de municipalização do ensino. Além do mais, apesar das diferenças política no interior da direção local dos professores, foi possível construir uma unidade em torno da luta para barrar a municipalização.

## APESAR DA DISPOSIÇÃO DE LUTA...A MUNICIPALIZAÇÃO FOI VOTADA EM DIADEMA

Dez anos mais tarde, novamente os professores da rede estadual de Diadema foram pegos de surpresa. O atual prefeito, Mário Reali (PT), mentiu durante a campanha ao dizer que não ia municipalizar o ensino fundamental em Diadema. Na verdade tinha a intenção de implementar a municipalização do ensino.

Em um gesto de puro cinismo chamou a direção local do sindicato para uma reunião para comunicar a decisão de municipalizar - cinco escolas, inicialmente, neste projeto piloto - o ensino fundamental no dia 06/03/2009.

Diadema até então era uma das poucas cidades a resistirem a esta política de municipalização do ensino, idealizada na era do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O que levou vários professores a acreditarem nas falsas promessas de campanha do então candidato a prefeito e ex-deputado estadual Mário Reali (PT) que não iria municipalizar o ensino.

A promessa não era apenas de não municipalizar mas ia além, dizia que iria expandir o ensino infantil na cidade com creches e pré-escolas. Mais a ilusão começou a se desfazer quando nesta reunião o prefeito informou que sim tinha a intenção de iniciar em um mês votar o convênio de municipalização do o governo estadual.

Com a direção do sindicato regional mesmo fragilizada e hiper-dividida é iniciada uma campanha na cidade

de para conscientizar e mobilizar os professores, ou seja era necessário correr contra o tempo.

## AH! A FALTA QUE FAZ UMA DIREÇÃO COMBATIVA!

Mesmo neste momento crítico na cidade parte da direção do sindicato não aparece nem mesmo nas reuniões para tirar uma estratégia de luta da cidade. Preferem boicotar ou talvez sabotar a construção de uma linha comum de resistência. O revelou também a incompetência desta direção em aglutinar todos os setores da cidade em torno à resistência a este duro ataque aos professores e à educação pública.

È nítido o sectarismo entre grupos ligados ao PSTU, PSOL e demais grupos de esquerda, este comportamento acabou influenciando a capacidade de resistência da categoria. Apesar da tensão instalada não foi possível uma política mais agressiva em conjunto - principalmente nestas cinco escolas escolhidas pelo prefeito. Assim, cada força política acabou agindo sem um plano comum de resistência.

No dia 26/03/09 ocorreu um boato na cidade que nesse dia seria feito a leitura do projeto na câmara municipal, o que levou vários professores a comparecerem principalmente os de 1ª a 4ª série. Nesse mesmo dia apareceu na cidade a presidente estadual da APEOESP, Maria Isabel, e o ex presidente, Carlos Ramiro, que fizeram vários discursos inflamados e se mostram indignados perante cerca 200 professores. Só não falaram que ambos pertencem ao mesmo partido político do prefeito Mário Reali e do Presidente Lula que, através da política do FUNDEB, incentivou o processo de municipalização de ensino.

Já era possível verificar neste momento que a disposição do governo e da câmara, ambos dirigidos pelo PT, era de levar a proposta de votação até as últimas consequências e para barrar, novamente, a municipalização teria que haver muita disposição de luta e capacidade de coordenação da parte da direção local do sindicato.

### **PROFESSORES PERDIDOS SEM RUMO E SEM DIREÇÃO**

Os professores e funcionários das escolas das escolas que seriam municipalizadas não entendiam como pode uma cidade que ainda não zerou o déficit de crianças de zero a seis anos fora da escola. Existem mais de 33.000 crianças fora da escola em Diadema. O município

dispõem apenas de 13.000 vagas em creches e pré-escolas e mais 4.000 vagas em instituições privadas que são conveniadas.

Não seria correto sanar estas vagas e ajudar desta forma milhares de mulheres trabalhadoras que não podem trabalhar porque não tem onde deixar seus filhos, criando, assim, independência financeira e social de seus companheiros? Está é política do partido dos trabalhadores que se diz comprometido com o fim da discriminação de gênero e das desigualdades sociais.

No último dia 02/04/2009 aconteceu a votação que aprovou o projeto de municipalização em Diadema. Neste dia diante da posição de votar sim ou sim o convenio de municipalização com o Estado a direção local do sindicato não havia discutido sequer uma linha clara de atuação. Assim começou a pairar sobre os professores o sentimento de que a derrota era uma questão de tempo. Pois não viam como demonstrar resistência sem uma direção à altura do processo.

O sentimento de desgaste e derrota estava presente em alguns diretores do próprio sindicato. Com os diretores locais cada um atirando para um lado, cada um fazendo “a sua política de mobilização”, houve um número maior de professores presentes.

A concentração começou logo pela manhã. Lá pelas

10h00 já era possível contabilizar mais de 200 professores. Mesmo neste momento crucial a direção do sindicato continuava super dividida não tinha uma tática em comum de como enfrentar e barrar este projeto.

As lideranças políticas se alternavam nos discursos, vários companheiros de outras Sub-sedes, correntes e partidos políticos compareceram para dar apoio a luta dos professores de Diadema.

Somente às 14h00 horas foi iniciado a seção, que já contava com a presença de vários representantes da guarda municipal, inclusive com vários câes dentro e fora do plenário.

### **É PRECISO RESISTIR PARA LUTAR**

Durante o início da seção o Secretário da Mesa avisou que na pauta do dia constavam cinco projetos para apreciação e aprovação do plenário e que o item que tratava sobre a municipalização era o último. Neste dia a presidente da APEOESP Maria Isabel, assim como o Sr. Carlos Ramiro não compareceram.

Durante pouco mais de 15 minutos já se tinha aprovados os quatro itens anteriores. A coordenação da Sub-sede e a Executiva (direção local) não tinha nenhuma posição sobre como iria enfrentar a situação. Ocupar ou não ocupar? Esta era a questão decisiva que por uma estratégia de adaptação dos setores majoritários, mesmo da oposição, não foi constru-

ída durante as semanas que antecederam a votação.

Ninguém sabia o que fazer foi quando se iniciou a leitura do quinto item foi quando alguns professores resolveram ocupar, mesmo de forma espontânea e desorganizada, o plenário e assim interromper a seção. Professores (as) presentes foram violentamente reprimidas pela guarda municipal que utilizou até de spray de gás pimenta, levando a várias pessoas a passarem mal. Em um ambiente fechado algumas pessoas desmaiaram, outras vomitando e os bravos vereadores...correram.

A seção foi suspensa por mais de longas três horas até que o Presidente da Câmara municipal o Senhor Maninho (PT) pediu “apoio” da polícia militar.

Não demorou muito e o plenário da câmara já estava completamente lotada por policiais da Força Tática, mais de 50 homens fortemente armados até com metralhadoras -impedindo algumas pessoas de voltarem a Câmara -, dando a impressão que iam para uma grande batalha.

Intimidados com a presença da grande quantidade de policiais cercando toda a Câmara, vários professores e demais pessoas presentes não se dispuseram a ocupar novamente o plenário. Restando, assim, alguns militantes das organizações e alguns diretores do sindicato dentro do plenário e que nada podiam fazer.

Mesmo com medo de uma reação inesperada por

parte dos professores ali presentes os vereadores deram início a seção e neste clima de revolta e inércia o projeto foi aprovado por nove votos favor e seis contra.

Este projeto acarretará a demissão de centenas de professores já para o próximo ano, professores efetivos e temporários, além de muitos funcionários. Alguns dias após este confronto a prefeitura divulgou um comunicado dizendo que iria utilizar neste primeiro momento apenas quatro escolas e não mais cinco, como previa o projeto original.

Ninguém sabe ainda o que fez o prefeito de recuar de uma escola o qual é a real intenção do Sr. Mario Reali. É preciso que toda a direção da APEOESP de DIADEMA deixe o sectarismo e trabalhem coletivamente para conscientizar e mobilizar os professores para os próximos períodos.

Por que a luta continua! Agora é barrar a política do governador José Serra (PSDB) e, ainda, a política do prefeito Mário Reali (PT), que pretende dar continuidade a municipalização do ensino fundamental I e, possivelmente, estender já para próximo o ano ensino de fundamental II.

É preciso que toda a Executiva diga se realmente querem ser representantes dos professores. É pra isso que foram eleitos. Ou então renunciem de seus cargos e que assumam estes cargos os suplentes.

# Realização da IV Reunião da Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie

No fim de março realizamos na cidade de Buenos Aires a IV Reunião de nossa **Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie**. Além do Brasil, participaram companheiros e companheiras da Argentina, Bolívia, Paraguai, Chile, Costa Rica e Honduras. Flor Beltran, militante da SoB na França e integrante da CLAIRE, tendência interna do NPA (Novo Partido Anticapitalista), enviou calorosa saudação. Vários outros grupos e coletivos que não são parte de nossa corrente também nos saudaram.

O debate mais importante, como não poderia deixar de ser, se deu em torno da nova situação aberta com a crise econômica mundial e seu caráter de acontecimento histórico, isto é, um acontecimento que tem aprofundado uma série de contradições e tendências que estamos vivendo há algum tempo. Ao fim do debate se chegou à importante conclusão de que o mais provável é que a tendência depressiva da economia mundial se aprofundará, tendência essa que transformou a atual crise econômica na mais grave desde a grande depressão dos anos 30 do século passado. Essa caracterização não quita, sem dúvida, que os desenvolvimentos mais “espetaculares”

estejam no terreno da crise econômica com um reflexo bastante desigual na luta de classes.

Apesar do caráter verdadeiramente global da atual crise e seu desenvolvimento inclusive no terreno meramente econômico, ela se manifesta de maneira desigual nas diversas regiões. Por exemplo, na América do Sul e na América Central a crise se apresenta mais aguda pela via da limitação das remessas e da “repatriação” da força de trabalho. Porém, existem outras desigualdades que têm a ver com as manifestações políticas e sobretudo no que diz respeito às lutas contra a crise. Na realidade, o fato certo é que as manifestações políticas vêm incrementando em países como Grécia, Islândia e Leste Europeu, chegando a manifestações multitudinárias contra as Cúpulas do G-20 e OTAM.

Na América do Sul a dinâmica também parece ser crescente, o que não significa que se dá em um terreno fácil, isto é, não se pode desconhecer que o impacto da crise cai sobre os ombros de uma classe operária profundamente marcada pelas mudanças estruturais desenvolvidas no período neoliberal. Apesar disso, é preciso dizer que com o calor da crise econômica parece estar se iniciando um



importante processo de recomposição dos trabalhadores em escala mundial.

A crise econômica, em certo sentido, trasladou o centro da luta política da América Latina para o velho continente. Assim, nossa corrente está dando passos para acompanhar os processos que tem se desenvolvido nessa região.

A reunião foi marcada, de forma inequívoca, pelo avanço que nossa jovem corrente internacional tem conseguido. Com muito sangue, suor e lágrimas podemos dizer que a SoB conseguiu se firmar como uma das correntes do trotskismo latino-americano.

O término da reunião foi marcado por um importante ato

realizado na sede central do MAS, nossa organização irmã na Argentina, que reuniu quase uma centena de jovens militantes da Universidade de Buenos Aires, La Plata, colégios de ensino médio, operários pneumáticos, operários da indústria da carne, professores das seccionais opositoras, trabalhadores de hospitais, entre outros.

# Praxis

**RUA CONSELHEIRO RAMALHO 1012**

ALTURA DO 1404 DA AVENIDA BRIGADEIRO LUIS ANTONIO

**CONTATOS:**

[grupo.praxis@yahoo.com.br](mailto:grupo.praxis@yahoo.com.br)

[www.grupopraxis.org](http://www.grupopraxis.org)

[www.socialismo-o-barbarie.org](http://www.socialismo-o-barbarie.org)

**SP (11)**  
**9465-4879**  
**8981-4878**